

Malan faz duras críticas à emenda da saúde

Joedson Alves/AE-28/6/2000

Ministro da Fazenda diz que proposta vai reduzir recursos de outros setores públicos

LILIANA LAVORATTI
e SILVIA FARIA

BUENOS AIRES – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, criticou duramente a emenda constitucional que vincula recursos orçamentários para a área da saúde, que vai “inevitavelmente” reduzir recursos de outros setores públicos. Malan repetiu ainda aviso que já deu aos líderes partidários de que a União não assumirá a responsabilidade pela decisão do Congresso, caso os Estados e municípios não consigam cumprir as exigências de gastos impostas pela emenda, defendida por seu colega José Serra, titular da pasta da Saúde.

Falta apenas a votação em segundo turno, pelo Senado, para a emenda vigorar a partir de 2001.

O ministro da Fazenda disse que não discute a necessidade de mais recursos para a saúde, assim como para educação, segurança e estradas, entre outras prioridades. Mas, discordou da vinculação. Ele também criticou a “super indexação” promovida pela emenda, ao determinar que os recursos aplicados na saúde sejam corrigidos por índice de preços e pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao fazer as observações ontem, em Buenos Aires, onde participava de reunião de cúpula dos países do Mercosul, Malan não poupou Serra. “Na Constituinte (Assembleia Nacional Constituinte, de 1988), Serra foi um dos principais opositores à vinculação de recursos para a saúde.” E acrescentou que seu colega disse-lhe, repetidas vezes, que se estivesse em seu lugar (de ministro da Fazenda), defenderia a sua posição (de Malan). “Acho um erro redobrado estabelecer preceito constitucional vinculando receitas a setores específicos.”

Serra concordou com a crítica à vinculação, por engessar o Orçamento, mas argumentou que vários setores contam com a garantia de recursos vinculados: “A vinculação não é desejável, mas há 36 vinculações na Constituição.” Ele explicou que insistiu na vinculação, porque o orçamento da saúde é o principal candidato a cortes, por contar com o maior volume de recursos, em torno de R\$ 20 bilhões anuais.

O ministro da Saúde discordou do colega da Fazenda sobre a necessidade de fazer cortes em outras áreas para destinar mais verbas para a saúde. Segundo ele, a destinação adicional será financiada pelo aumento da arrecadação resultante do crescimento da economia. Embora não tenha se manifestado publicamente, o ministro do Planejamento, Martus Tavares, concorda com Serra de que não será preciso destinar verbas de outros setores para cumprir a emenda da saúde.

A equipe econômica é contra vinculações porque o Orçamento já está quase que integralmente comprometido com o pagamento de pessoal e outras verbas vinculadas. Segundo Malan, esse comprometimento é de quase 100% das receitas.

Discriminação – ACM disse que “confia no caráter” de Serra, mas teme que “políticos” utilizem indevidamente os recursos da saúde: “Espero que não haja discriminação política contra adversários.” Embora o senador tente transparecer que desistiu de opor-se à proposta, o governador baiano César Borges (PFL) conta com seu apoio na investida contra a vinculação de receita para a saúde.

Serra reagiu com ironia à motivação política mencionada por ACM. “Isso é de um primitivismo sem nome”, disse o ministro, qualificando como “bobagem” tal especulação.

■ Colaborou Isabel Braga



O senador: “O problema da saúde não é falta de recurso”